

Mulheres chefes de família do Sertão pernambucano e suas demandas de políticas públicas

Aléxya Cristal Brandão Lima. Centro de Referência Especializado de Assistência Social Miguel Otávio
Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro. Universidade Federal de Pernambuco
Russell Parry Scott. Universidade Federal de Pernambuco

Resumo

O presente estudo objetiva analisar algumas das principais demandas convergentes de políticas públicas apresentadas por mulheres chefes de família. É um recorte de uma pesquisa realizada com dez mulheres rurais chefes de família, residentes em comunidades rurais do Sertão pernambucano, em que houve a utilização de entrevistas e de observação participante. Apesar das diferenças territoriais, as mulheres apresentaram demandas que convergiram em relação à: necessidade de segurança no acesso a terra; ausência ou pouca operacionalidade do Estado e das instituições nas suas comunidades; subordinação prejudicial ao tempo institucional, especialmente nos espaços de acesso à saúde, e os custos implicados para chegar nos serviços; e à falta de equipamentos de educação, lazer e sociabilidade solidária localmente. Reconhecer as especificidades das condições dessas mulheres abre caminho para uma Psicologia mais inclusiva e sensível às populações rurais, principalmente na atuação junto às políticas sociais.

Palavras-chave: mães solteiras; trabalhadores rurais; ambientes rurais; políticas públicas.

Abstract

Female heads of household in the backland of Pernambuco and their demands of public policies. This study aims to analyze some of the main convergent demands of public policies presented by women heads of family. It is a part of a survey conducted with ten rural women heads of family, living in rural communities in the Sertão of Pernambuco, where there were used interviews and participant observation. Despite territorial differences, women presented demands that converged in relation to: need for security in access to land; absence or little operability of the State and institutions in their communities; harmful subordination to institutional time, especially in the matters of access to health, and the costs involved in reaching services; and the lack of education, leisure and sociability equipment locally. Recognizing the specificities of these women's conditions paves the way for a Psychology that is more inclusive and sensitive to rural populations, especially when working with social policies.

Keywords: single mothers; rural workers; rural environments; public policies.

Resumen

Mujeres jefas de familia en el Sertón de Pernambuco y sus demandas de políticas públicas. Este estudio tiene como objetivo analizar algunas de las principales demandas convergentes de las políticas públicas presentadas por las mujeres jefas de familia. Forma parte de una encuesta realizada con diez mujeres rurales jefas de familia, residentes en comunidades rurales del Sertón de Pernambuco, en la que se utilizaron entrevistas y observación participante. A pesar de las diferencias territoriales, las mujeres presentaron demandas que convergieron en relación con: necesidad de seguridad en el acceso a la tierra; ausencia o poca operatividad del Estado y de las instituciones en sus comunidades; subordinación perjudicial para el tiempo institucional, especialmente en espacios de acceso a la salud, y los costos involucrados en llegar a los servicios; y la falta de equipos de educación, ocio y sociabilidad a nivel local. Reconocer las especificidades de las condiciones de estas mujeres abre el camino para una psicología más inclusiva y sensible a las poblaciones rurales, especialmente en el trabajo con políticas sociales.

Palabras clave: madres solteras; trabajadores rurales; ambientes rurales; políticas públicas.

Este estudo objetiva analisar algumas das principais demandas convergentes de políticas públicas apresentadas por mulheres chefes de família, tendo em vista não somente suas composições familiares, mas também os aspectos relacionados às terras onde vivem e seus modos de vida. Trata-se de recorte de uma pesquisa realizada com mulheres chefes de família em comunidades rurais do Sertão pernambucano¹.

No polemizar sobre o significado de chefia, no que se refere às famílias, entende-se que as mulheres se posicionam tanto em função de critérios materiais, como a manutenção financeira do lar ou a propriedade da casa, como também por meio de posicionamentos construídos a partir de hierarquias entre membros da família, relacionada com a responsabilidade sobre a sobrevivência e coesão familiar, que pode ocorrer na presença ou ausência de um parceiro (Carvalho, 1998; Scott, 2011). Em sua abrangência, a chefia familiar feminina abarca mulheres em condições muito distintas. As diferenças de classe social, de geração, de grupo racial ou étnico, de qualidade da rede de suporte e de território se interseccionam em mulheres com margens de agência variáveis.

Assim, entender a chefia familiar feminina em comunidades rurais exige um olhar sobre a diversidade nestes territórios. Há diferentes formas de vida, tempo, trabalho e usos da terra nas comunidades rurais. Movimentos de agricultores(as) familiares, camponeses, comunidades tradicionais, quilombolas, povos indígenas e ribeirinhos se contrapõem à racionalidade dominante do agronegócio (C. R. Brandão, 2007) e dão novos contornos à questão agrária no Brasil (Pereira, 2021). Além das lutas contra o latifúndio e pela reforma agrária, ganham visibilidade as lutas pelo reconhecimento de territórios étnicos e/ou o de uso comum (Pereira, 2021), as lutas socioambientais e contra a desigualdade de gênero, raça e geração em contextos rurais.

Nas áreas rurais do Nordeste brasileiro, as particularidades da questão agrária na região e a ausência de políticas públicas mais afinadas com a perspectiva de convivência com o semiárido contribuíram para a migração de milhares de pessoas, homens em sua maioria, para outras regiões do País. Embora a literatura aponte a remissão da migração das áreas rurais nas últimas décadas (Butto & Dantas, 2011), são comuns os relatos de familiares homens terem migrado para o sudeste do Brasil ou residirem na cidade enquanto trabalham, tornando muitas comunidades marcadas pela presença masculina sazonal, cíclica ou esporádica, sendo as

mulheres responsáveis por suas famílias na maior parte do tempo.

Com o fortalecimento dos movimentos de mulheres rurais, se nota uma ampliação da presença relativa feminina no campo, especialmente como lideranças de associações, movimentos de mulheres, sindicatos e agentes de instituições de serviços (T. F. B. Brandão, Barbosa, & Bergamasco, 2023). Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios divulgados em 2018 apontam que 30,2% das famílias do campo na região Nordeste são chefiadas por mulheres, número maior que a média nacional, que é de 25,5%. A mesma pesquisa indica que, no ano de 2015, cerca de 40,5% das famílias no Brasil passaram a ser chefiadas por mulheres e o Nordeste se tornou a região brasileira com maior incidência do fenômeno, apresentando 42,9% de lares com chefia feminina (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017).

Além das vulnerabilidades associadas à desigualdade de gênero, as chefes de família em comunidades rurais acrescem às suas demandas questões relativas à agricultura, à reforma agrária, aos déficits de infraestrutura, entre outras possíveis. No entanto, apesar do caráter distinto das necessidades que a chefia familiar feminina nos contextos rurais apresenta, a produção teórica acerca da temática (Cordeiro & Scott, 2007; Gonçalves et al., 2016; Scott, 2012) é escassa.

Especialmente a produção no campo da Psicologia, na contramão de ciências como a Antropologia e a Sociologia, possui sérias limitações em relação aos contextos rurais, de modo que o psicólogo argentino Fernando Landini (2015) propõe a constituição de uma Psicologia Rural, não como uma tentativa de analisar sujeitos rurais inerentemente destoantes de sujeitos urbanos, mas assumindo que a existência em contextos rurais exige políticas específicas. Entende-se, assim, que reconhecer as subjetividades que se constroem na concretude das condições de vida nas ruralidades auxilia a promover um conhecimento psicológico que sirva a uma diversidade de populações.

Desse modo, adota-se a Psicologia Rural como um princípio que articula diferentes áreas da Psicologia aos contextos rurais. No entanto, assumi-la enquanto campo de onde parte a análise implica desafios de cunho ético, epistemológico e metodológico, destacando-se a necessidade de distanciar a produção acadêmica da construção discursiva de um rural atrasado e/ou romantizado, acolhendo suas transformações e contradições (Landini, 2015).

Parte-se da premissa de que a chefia familiar feminina exercida em contextos rurais gera demandas que precisam ser identificadas para gerar alternativas que melhorem suas vidas, entendendo que suas subjetividades estão intrinsecamente relacionadas com seus territórios. São muitos os possíveis pontos de contato entre psicólogos e mulheres rurais, especialmente na assistência social e nos serviços de saúde; portanto, a compreensão das condições de vida destas mulheres faz parte da responsabilidade social que a profissão implica (Silva & Macedo, 2017).

Método

O trabalho de campo e a literatura sobre mulheres rurais confirmaram a importância dos campos de ação na vida cotidiana e nas políticas sociais (território, saúde, educação, violência) identificadas por Landini (2015) para áreas rurais. Para assegurar a compreensão de uma multiplicidade de modos de vida e demandas de mulheres chefes em quatro comunidades locais pesquisadas no Sertão semiárido de Pernambuco, foram escolhidas 10 mulheres rurais chefes de família, indicadas por lideranças dos movimentos sociais na região, com acessos diferentes a terra (por assentamento, por herança, por casamento). Mesmo que este trabalho enfatize demandas relacionadas com território, saúde, educação e violência, ele também torna visível demandas imbricadas e interseccionadas com outras esferas.

O Sertão semiárido de Pernambuco compreende o Sertão do Pajeú, o Sertão Central, o Sertão do Araripe e o Sertão do Médio São Francisco. Foram visitadas comunidades rurais dos municípios de Serra Talhada, Santa Cruz da Baixa Verde e Santa Maria da Boa Vista. Em Serra Talhada, polo da região do Pajeú, com cerca de 80 mil habitantes, houve visita ao assentamento Poço do Serrote e à comunidade quilombola Catolé dos Índios Pretos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2019a). O assentamento Poço do Serrote, oficializado como área de assentamento do Programa Reforma Agrária em 2004, abriga cerca de 60 famílias e se localiza a 11 quilômetros da cidade. O transporte diário é principalmente por carro, na rodovia entre a cidade e o assentamento, por sete reais pelo percurso. Não há escola, posto de saúde ou qualquer instituição governamental próxima. O único local para integração das pessoas assentadas é a associação de moradores local.

O Quilombo Catolé dos Índios Pretos abriga 90 famílias. Sair do quilombo exige um caminho de cerca de vinte e cinco quilômetros pela rodovia pavimentada, e outros vinte e três quilômetros em estrada de terra. O transporte é feito por carros, duas vezes por semana, a 25 reais por pessoa. No quilombo, a associação de moradores é a única instituição presente. Já houve uma escola na localidade, mas foi desativada há anos.

O sítio São Paulo fica a quatro quilômetros do centro urbano, no município de cerca de doze mil habitantes, Santa Cruz da Baixa Verde, que faz parte do Pajeú (IBGE, 2021). Durante a semana, há transporte escolar, feito por ônibus e carros disponibilizados pela prefeitura. Há uma associação de moradores.

O Assentamento Nossa Senhora da Conceição se localiza no Sertão do Vale do São Francisco em Santa Maria da Boa Vista, com cerca de quarenta mil habitantes (IBGE, 2019b). Esta zona rural é próxima à cidade, com uma rodovia pavimentada pela qual é possível ir à “rua” de mototáxi por cerca de sete reais. A comunidade possui, além da associação de moradores, uma escola, de ensino fundamental e médio, e uma cooperativa de pescadores.

Os critérios de escolha das mulheres levaram em conta: condição de parentalidade solo ou compartilhada; responsáveis isoladamente ou corresponsáveis pela manutenção financeira da família ou provedoras da obtenção da casa ou da terra da família; reconhecimento de autoridade sobre os membros da família enquanto chefe desta; residência em áreas rurais e aceitação para participar da pesquisa.

As participantes da pesquisa foram mulheres rurais chefes de família: mães, entre 27 e 83 anos de idade. Representadas com nomes fictícios, as mulheres, em sua maioria, vivem sem um companheiro(a), mesmo quatro delas sendo casadas². Todas possuem filhos, pelos quais são responsáveis, a quantidade varia entre 1 e 10, a maior parte delas (6) tendo três filhos ou menos. Apenas três delas cursaram o ensino médio, enquanto as demais interromperam os estudos ainda no ensino fundamental. O acesso a terra e as especificidades dos locais de vida contribuem para uma diferenciação significativa entre elas.

Na convivência em cada local, foi possível circular pelos espaços das mulheres participantes, conhecer as condições de trabalho, os serviços que acessam, os meios de mobilidade e seus lares. Essa observação participante facilitou a compreensão num processo reflexivo e intersubjetivo, aproximando do cotidiano.

Complementarmente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, gravadas com permissão das entrevistadas, acrescentando na significação do que é observado. Foi elaborado, ainda, um diário de campo, construído a partir das impressões, análises prévias e anotações em um caderno de notas (Mónico et al., 2017).

A análise dos dados se desenvolveu a partir da proposta operativa da Hermenêutica Dialética idealizada por Maria Cecília Minayo (2008), fornecendo um quadro referencial que permite uma análise contextualizada, que leve em conta tanto o que foi observado no cotidiano, quanto falas e comportamentos fornecidos em entrevista. Operacionalmente, o procedimento de análise busca uma compreensão do contexto sócio-histórico das pessoas que participam da pesquisa, de modo que se apreenda o sentido das falas das participantes, vinculando-as à significação cultural apreendida por meio da observação (Minayo, 2008). Logo, os dados produzidos foram organizados em busca dos momentos-chave relacionados com território, saúde, educação e violência, possibilitando um recorte de acordo com as áreas de afecção de demandas de políticas públicas. Dessa forma, as observações, sistematicamente, contemplavam a relação das entrevistadas com as discontinuidades e lacunas de atenção governamental.

Nas conversas nas cozinhas, no terreiro da associação ou sentadas nas varandas, elas falaram sobre as presenças, as faltas, os filhos, a sobrecarga e os manejos que têm de fazer para darem conta. Assim, buscou-se tecer uma análise de modo circular, privilegiando o material empírico – o dito, o visto, o experienciado – correlacionando com o lugar histórico e social dessas mulheres e de seus territórios.

Resultados e discussão

O sertão rural delinea as possibilidades de ser chefe de família das mulheres rurais, que possuem subjetividades cunhadas nas suas condições de vida. A busca por dedicar um olhar às demandas nas ruralidades coaduna com a premissa de uma Psicologia composta por vozes múltiplas e a serviço dos sujeitos.

Acesso a terra

A questão agrária interseccionada com as desigualdades de gênero, raça e geração condicionam o acesso a terra por parte das mulheres. A terra é lugar para viver, trabalhar, estabelecer uma família e, para uma psicologia que possui como objeto a subjetividade, o acesso a terra surge como um importante eixo

estruturante da compreensão de quem se é no mundo (agricultora, assentada, militante etc.). Desse modo, o acesso a terra emergiu do campo como demanda, ao ser construído por elas como um aspecto fundamental das suas vidas.

As mulheres chefes de família distribuem-se quanto à forma de obtenção da terra de três modos diferentes: há mulheres, principalmente nas comunidades historicamente estabelecidas do quilombo Catolé dos Índios Pretos e do sítio São Paulo, que herdaram a terra; tocadas por ação do Estado; há mulheres que se encontram com acesso a terra na situação de assentadas, sejam sozinhas ou em conjunto com marido; e há mulheres cujo meio de alcance de um lugar para viver e produzir foi, ou continua sendo, o estabelecimento de uma relação conjugal com um homem que possuía terras. Carmen Deere (2004) considera que são três as principais formas de aquisição da terra: por meio da herança, mediante a compra e a partir da intervenção governamental, realizando uma reforma agrária. Ela observa que mulheres rurais enquanto compradoras são comumente barradas por entraves econômicos e culturais, sendo comum titular terras compradas com o dinheiro do trabalho da família no nome dos maridos. Apesar de ser uma possibilidade descrita teoricamente, nenhuma das mulheres participantes fez a compra de sua terra.

Dentre as mulheres que obtiveram a terra por meio de herança, quatro são residentes no quilombo Catolé dos Índios Pretos, e uma vive no sítio São Paulo. Conforme Deere (2004), a herança comumente é estabelecida como um privilégio masculino, de modo que as mulheres encontradas em pesquisa são exceções que representam uma mudança histórica na prática de reconhecimento de titularidade. Uma vez ganha, a titularidade da terra reafirma suas chefias familiares, mesmo quando estão dentro de casamentos, o que lhes dá maior margem para se posicionar com firmeza em situações de conflito intrafamiliar.

No entanto, para aquelas que não podem contar com heranças familiares, ou não constituíram casamentos ou casaram-se com alguém na mesma condição de falta de acesso a terra, ocupar terras improdutivas e pressionar o governo para assentá-las evidencia um agenciamento de políticas públicas que pode resultar no acesso a terra, ainda que, conforme Hildete Melo e Alberto di Sabbato (2006), a maioria dos titulares de terras do Programa Reforma Agrária seja homens. Exemplificando o fenômeno, Maria (36 anos), Matilde (42 anos) e Mírian (39 anos) são mulheres rurais chefes de família que

obtiveram terras nos assentamentos onde vivem por meio de programas sensíveis ao reconhecimento do direito de titularidade da terra. Fizeram parte de ocupações no passado e conquistaram uma moradia estável, e também uma possível saída de uma condição de extrema pobreza, como no caso de Mírian, mãe de quatro filhos, sendo os dois mais novos com o atual marido, com quem partilha a titularidade de sua terra.

A gente morava na beira do rio, embaixo de uns paus, dois anos morando debaixo de uns paus. Meu pai conseguiu alugar uma casa e nós fomos morar. Depois meu avô conseguiu um terreno, construímos uma meia água, cobrimos com lona e fomos morar. [...] Quando a minha menina mais velha nasceu eu morava entre Santa Maria e os barracos. Só quem me ajudava era minha mãe. Eu era solteira na época, andava perdida nesse mundo. (Mírian, comunicação pessoal, 8 de setembro de 2018)

Seu relato é representativo do modo como as mulheres chefes de família foram abarcadas tradicionalmente por programas de reforma agrária desenvolvidos por diferentes governos federais no Brasil. Segundo Deere (2002), no passado, as normativas adotadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária resultaram em uma sub-representação das mulheres chefes de família entre os assentados. No entanto, desde 2001, devido à pressão dos movimentos sociais de trabalhadoras rurais e agricultoras familiares, o Ministério do Desenvolvimento Agrário estipulou mudanças para ampliar a inclusão das mulheres no Programa Nacional de Reforma Agrária e, em 2007, as normativas passaram a priorizar mulheres em condições de maternidade solo.

Conforme Andrea Butto e Karla Hora (2008), as mudanças na classificação dos(as) beneficiários(as) do Programa Reforma Agrária resultaram em um aumento de 13,6% para 23%, entre 2003 e 2008, nos índices de mulheres chefes de família assentadas, melhorando as condições de acesso a terra e mais autonomia financeira das mulheres. Os impactos positivos da segurança das mulheres entrevistadas que possuem terras, contrastado com as condições de vida das que não possuem, acendem o alerta para aquelas chefes de família que persistem em ocupações, encontrando-se vulneráveis socialmente. Tê-las priorizadas nos processos de assentamento é um direito essencial a ser mantido.

O raciocínio de Mírian evidencia que estar solteira tende a ser visto como justificativa lógica para estar sem suporte, “perdida”. As mulheres que não conseguiram

ser assentadas têm uma quarta alternativa, retratada indiretamente por Deere (2004): relacionar-se com um homem que possua terra. Na pesquisa, Marta (47 anos) e Meire (39 anos), ambas do sítio São Paulo, obtiveram terra nessa modalidade. A primeira passou pela experiência do casamento formal, residindo na terra do marido, trabalhando em conjunto para conquistar mais espaço e herdando o lugar após seu falecimento; a segunda ocupa uma posição complexa de dependência econômica do marido de sua filha, residindo em uma casa na terra deste homem.

Existe um número expressivo de mulheres chefes de família em condições de insalubridade e/ou dependência que não foram contempladas pelos programas de reforma agrária dos governos federais e que não têm previsão para tanto. Enquanto a condição de herdeira é um privilégio limitado, a imposição de ocupar ou casar-se para viver é uma violência estrutural que reifica a dependência das mulheres.

A terra é um direito-chave para equilibrar a balança das desigualdades no campo. Conforme Anita Brumer e Gabriele dos Anjos (2008), o empoderamento oferecido pela propriedade da terra interfere na vida das mulheres em aspectos econômicos, sociais e políticos. Por meio da agricultura familiar, na qual a terra é fundamental, são possibilitadas às mulheres segurança alimentar para a família, perspectivas de renda, além de controle sobre os ganhos advindos de seu trabalho.

Direito à Saúde

Tenho que ir em um médico de cabeça, sinto dor nas costas, estou doida para fazer preventivo. O preventivo faz lá no hospital, mas o problema é o dinheiro. Eu não tenho transporte. Não tem como ir com os meninos. Tem que ser um dia em que o marido esteja e o pior é que só faz na quarta. (Muriel, comunicação pessoal, 8 de setembro de 2018)

O trecho da entrevista com Muriel, uma mulher negra, de 22 anos, casada e mãe de dois filhos, que reside no Quilombo Catolé dos Índios Pretos, é semelhante ao que quase todas mencionaram. A demanda por serviços de saúde foi a mais expressa pelas participantes. Em nenhuma das localidades há Unidade Básica de Saúde. É necessário pegar transportes caros e precários até a cidade mais próxima, frequentemente restrito a dias específicos da semana. Às vezes, simplesmente não é possível ir até a cidade, mesmo em emergências.

Nas comunidades há relatos de morte por intercorrências, de experiências de residirem de favor nas

idades nas semanas finais de gestação, em função de não haver como se locomover em uma urgência. Uma ambulância jamais foi citada como possibilidade, por já saberem da sua pouca disponibilidade para as áreas rurais. Exames periódicos, como a citologia do colo do útero, são mencionados como problemáticos em razão da inflexibilidade do dia e horário em que são ofertados. Em suas perspectivas, saúde é algo que se produz a partir de mobilização pessoal e não um direito que as alcança.

Para as comunidades mais próximas de Serra Talhada, a maior referência é o Hospital Regional Professor Agamenon Magalhães, que atende demanda ambulatorial e emergencial. É o serviço de saúde mais procurado de toda a região. Apesar de assistir à população local, as mulheres das áreas rurais o reconhecem como um espaço pouco acessível, pois determinados atendimentos acontecem em dias fixos, que não condizem com as suas possibilidades de mobilidade.

A flexibilização da oferta de procedimentos envolve muitos atores: é comum que médicas, enfermeiras e outros profissionais não residam em Serra Talhada, concentrando sua carga horária em um único dia para voltar para suas cidades, prejudicando usuários com restrições de transporte. Carolina Souza (2018) se refere a condições semelhantes em Unidades Básicas de Saúde, nas quais o caráter institucional burocrático se sobrepõe à humanização preconizada pelo SUS, onde o acolhimento é delegado à sala de triagem, da assistente social ou da psicóloga, mas não se propõe a práticas mais afinadas com as demandas das pessoas. O fluxo de atendimento é seguido de forma acrítica.

As experiências das participantes da pesquisa indicam que, além de necessitarem de serviços de saúde atuantes em seus territórios, é preciso também pensar em um modelo de gestão em saúde que considere suas particularidades. O Ministério da Saúde (2015) reconhece que a saúde das mulheres do campo se relaciona com seus trabalhos, em função de contaminação por agrotóxicos, exposição ao sol, sobrecarga de trabalho doméstico, e esforço físico intenso que provoca lesões. É necessário pensar modelos de atenção à saúde da mulher do campo que considerem aspectos socioeconômicos, psicológicos, laborais e culturais. Na prática, ainda rege uma compreensão do processo saúde-doença-cuidado individualizante, que orienta o trabalho e esbarra na pouca habilidade de lidar com as contradições e desigualdades de cada território (Dantas et al., 2018).

Nas entrevistas, comentam que o excesso de trabalho fragiliza a sua saúde mental. Vivem sob a sombra

da preocupação com a sobrevivência. Há diferenças entre as experiências de acordo com a localidade. Os territórios cujas formas de ocupação se dão, em sua maioria, pela herança, como o sítio e o quilombo, possuem algum nível de organização coletiva das formas de lazer, como jogos e novenas, dadas as relações familiares mais aproximadas. Há maior vazão para o cuidado mútuo e o estabelecimento de vínculos que incidem em uma saúde mental mais fortalecida. Nos assentamentos, por outro lado, as mulheres não dispõem de semelhante organização, relatando o silêncio noturno dos lugares e elaboram de diferentes maneiras a solidão que lhes é imposta. Tanto a forma de ocupação dos assentamentos, que abrigam famílias com características e origens distintas, quanto a própria ausência de planejamento deste aspecto do espaço de vida no programa de assentamento, causam dificuldades na elaboração de atividades de lazer conjuntas e de estratégias de convívio coletivo. Maria, 36 anos, mãe de uma menina e assentada na comunidade do Poço do Serrote, diz:

À noite todo mundo fecha suas portas e vai dormir. Eu acho muito estranho, porque no lugar que o meu pai morava, à noite, como era só família, tio, tias, a gente ia conversar, jogava dominó, brincava. Mas aqui, não. O lugar é estranho. Eu demorei vários anos para me acostumar, era muito ruim. (Maria, comunicação pessoal, 13 de julho de 2018)

Patrícia Ramiro (2008) menciona que a solidão enfrentada pelos assentados é uma das principais razões para a desistência dos lotes adquiridos por meio de programas de reforma agrária. As condições se tornam ainda mais difíceis quando é uma mulher quem deve garantir a manutenção da terra sozinha. Passar a viver em um assentamento implica a reconstrução das formas de vida dos sujeitos a partir de novos parâmetros que são instáveis, especialmente em razão da pouca mobilização governamental em efetivar as condições de existência no novo território (Conselho Federal de Psicologia, 2019).

A promoção de saúde nas comunidades rurais demanda, nesse sentido, intervenções que objetivem a melhora na qualidade de vida das mulheres, com a criação de espaços comunitários e a oferta de atividades de lazer, uma vez que promover saúde mental implica a garantia de condições dignas de existência. Eliane Domingues (2007) indica a carência de estudos em Psicologia que investiguem a questão da desterritorialização e da construção de novas territorialidades nos assentamentos, em relação aos sofrimentos psíquicos potenciais.

O cuidado em saúde, conforme Túlio Franco e Luiz Hubner (2019), se refere à ampliação das potências dos sujeitos em suas circunstâncias e implica que os serviços de saúde ajustem suas práticas para além dos protocolos, enxergando os sujeitos como dotados de histórias, desejos, relações interpessoais e condições materiais específicas. Os assentamentos estudados revelaram sérias limitações na criação de espaços coletivos criativos nos quais as práticas profissionais associadas mais diretamente à saúde e lazer da população poderiam ser efetivamente promovidas.

Direito à Educação

Estudei aqui no sítio. A escolinha, naquele tempo, era aqui. A gente devia continuar na cidade, mas os pais não tinham condições, então ficavam com a gente no sítio. [...] Eu fiz até a quarta série. Eu tinha vontade de fazer mais, porque a professora dizia que eu era uma pessoa muito estudiosa, mas cadê as condições? Só tinha até a quarta série, então eu repeti a quarta série por quatro anos, até parar. (Marisa, comunicação pessoal, 8 de setembro de 2018)

Assim como Mercedes, 55 anos, mãe de dois filhos e assentada no Quilombo Catolé dos Índios Pretos, as mulheres da pesquisa relatam percursos escolares similares e corroboram que a baixa escolaridade guarda relação com o pouco investimento público nas escolas nestas áreas (Santana & Oliveira, 2015). Elas constroem um paralelo das oportunidades limitadas de vida que lhes foram apresentadas, com a maior proximidade da educação formal da atualidade, mencionando a educação para jovens e adultos enquanto espaço que permitiu a algumas delas se alfabetizarem. Nas tentativas de acessar a educação formal e cursos técnicos profissionalizantes, encontram barreiras na necessidade de dedicar-se aos filhos/as.

Efetivamente, muitas delas não têm tempo, nem suporte. Para as mulheres chefes de família, a profissionalização exige conciliação com o cuidado parental que, por vezes, é inviabilizado pela falta de creches, escolas e atividades de lazer nas comunidades. Scott (2011) indica que o papel de cuidadora das mulheres as afasta muito precocemente da educação formal e costuma se estender como impeditivo ao longo da vida. Uma mulher do Assentamento Nossa Senhora da Conceição chega a dizer que mesmo cursando o ensino médio, elas eram “mulheres de fogão”, expressando a percepção de que não há ganhos advindos de maior progresso educacional. Scott (2011) pontua que lhes parece muito

dispendioso investir tempo quando há pouca possibilidade efetiva de mudança. Mesmo quando a escola está presente na agrovila, as famílias reassentadas encaram com dubiedade o uso de tempo nas escolas, que afasta as crianças da participação com a família na roça.

A falácia da meritocracia como ferramenta mágica para a mudança de vida não convence as mulheres que chefiam famílias. Não há proporcionalidade alguma na relação esforço/recompensa. Logo, as mulheres demandam educação formal como uma possibilidade que também lhes cabe.

Há, ainda, outro entrave. Mesmo fazendo referência a uma ampliação no ingresso à educação, a falta da escola que limitava as possibilidades no passado não é um problema superado. Apenas o assentamento Nossa Senhora da Conceição possui uma escola em seu território, dentre os locais de pesquisa. Nas outras localidades é preciso se deslocar aos centros urbanos para estudar. As mulheres contam que no quilombo Catolé dos Índios Pretos havia uma escola, mas foi fechada recentemente. Por consequência, o transporte escolar se torna um aspecto de preocupação: na maior parte das comunidades tal transporte é materializado por uma caminhonete equipada com cobertura na carroceria que, inclusive, protagonizou um acidente que levou a óbito uma criança do sítio São Paulo. No entanto, no caso do quilombo, nem mesmo há transporte escolar e as crianças da comunidade encontram-se sem estudar.

Logo, a ausência de equipamentos sociais de educação nas comunidades rurais incide não somente em trabalho para as mulheres chefes de família, mas também sobre a vida das crianças e adolescentes. Maria Luiza Carvalho (1998) aponta o caráter fundamental das creches, do acompanhamento educacional à criança no período oposto à escola e das atividades esportivas e de lazer, que impliquem a responsabilidade governamental sobre o cuidado das crianças e adolescentes. Nesse sentido, a demanda por educação infantil tem grande relevância nos movimentos sociais de mulheres rurais, e a ausência desta, por vezes, é parte da razão que mobiliza a migração das mulheres para centros urbanos (Hora & Butto, 2014).

A ampliação da educação infantil enfrenta o desafio de articular entes federados distintos e os municípios, que se apoiam na baixa densidade demográfica para justificar as dificuldades de manutenção das escolas no campo. Na Matriz de Ações 2013, o Ministério da Educação chegou a assumir como compromisso a construção de mais unidades de educação infantil, mas, efetivamente, houve o oposto: entre 1997 e 2018 cerca

de 80 mil escolas de educação básica foram fechadas no campo, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Alentejano & Cordeiro, 2019).

Enfrentamento à Violência de Gênero

A violência contra as mulheres rurais persiste por toda a América Latina, acompanhando-as na dificuldade de acesso a terra, nas lutas por melhores condições de trabalho, nas relações conjugais, atuando sobre seus corpos, seus estudos, seus trabalhos, seus direitos de ir e vir, de se manterem em seus territórios e de preservarem suas tradições camponesas (Amador & Domínguez, 2014). As mulheres entrevistadas, especialmente aquelas assentadas, relatam que sofreram desde a infância, residindo em ocupações ou nas terras de terceiros, passando por privações e sobrecarga de trabalho. São muitos os episódios de violência naturalizados no cotidiano: mulheres agredidas por companheiros, julgadas pelas comunidades, que ora pesam a decisão de fugir de casa, ora pesam o temor por ter de dar conta sozinhas do sustento da família.

De acordo com Melo e Di Sabbato (2006), laços patriarcais que parecem possuir mais força nas ruralidades frearam a concretização de divórcios e a incidência da chefia feminina por gerações nessas localidades, mas, nos últimos anos, as áreas rurais no Brasil têm passado por transformações em inúmeros aspectos, incidindo nas composições familiares. É possível pensar que a recente eclosão de chefias familiares femininas poderia ser ainda maior, não fossem as barreiras materiais que tais laços patriarcais ainda impõem. As experiências das mulheres indicam que a autonomia financeira é essencial, mas que, além disso, a modificação de seus contextos de violência implica o combate a noções culturais de submissão feminina.

Apesar de uma parte significativa das mulheres chefes de família pesquisadas não estar numa relação conjugal, para outras delas, corroborando o que é indicado por André Bueno e Marta Lopes (2018), a manutenção do casamento, ainda que a qualidade da relação possa ser questionada, é um valor importante. Por vezes, situações de violência são lidas como parte da dinâmica do casal, que não deve sofrer interferência. Para modificar este quadro, se faz necessário um trabalho profundo, que implique mudanças nas relações de gênero no campo.

Conforme Scott, Nascimento, Cordeiro, e Nanes (2016), concomitante ao reconhecimento legal das

violências existentes, é preciso que mulheres e comunidades identifiquem atitudes naturalizadas, como xingamentos e cerceamento, como abusivas e que tenham condições de construir saídas. Os/as autores/as indicam que a intervenção de uma família que ofereça suporte psíquico e material é o meio mais eficaz de enfrentamento à violência imposta às mulheres. Tal dado, no entanto, indica a fragilidade da situação de mulheres que não possuem familiares com quem contar, como algumas mulheres chefes de família entrevistadas. A proteção das mulheres não deve advir, prioritariamente, da iniciativa familiar, mas de políticas governamentais, de uma rede institucional preparada para receber suas demandas.

Scott et al. (2016) salienta que não é passivamente que as mulheres sofrem violência, mas que o rompimento do ciclo exige o enfrentamento de entraves e que elas são culturalmente e, institucionalmente, convencidas a ficarem em relações abusivas, especialmente se há dependência econômica. Na prática, não há um projeto articulado de acolhimento às mulheres em situação de violência nas ruralidades vistas, que seja incorporado pelas instituições públicas. A própria realidade de interconhecimento das pessoas que residem em áreas rurais apresenta um desafio para a montagem de políticas de proteção, dada a dificuldade de anonimizar vítimas com ações de reestabelecimento de novas redes de vida cotidiana, longe dos agressores.

Na mesma perspectiva, Bueno e Lopes (2018) defendem que os serviços de assistência, proteção social e saúde, se articulados e garantidos pelos governos, formariam um conjunto de segurança mais efetiva para as mulheres em situação de violência. A desarticulação da rede, a falta de uma postura de acolhimento dos profissionais e o pouco apoio social prejudicam a confiança das mulheres nos mecanismos de denúncia. E suas inseguranças não são infundadas, visto que, em muitos casos, insistir em uma postura resolutiva das mulheres, sem garantir sua proteção por meio de um aparato articulado que não delegue às famílias a função de intervir, faz com que estas mulheres estejam mais expostas.

Considerações finais

As vidas das mulheres rurais chefes de família, ainda que imbuídas de desejo por manterem-se no campo, têm se tornado mais precárias, exigindo mais trabalho, especialmente, após a retração das políticas públicas a partir do impeachment da Presidente Dilma em 2016.

As mulheres têm predominado na história de migrações para a cidade, e a extensão de direitos para quem reside no campo abre possibilidades de elas ficarem no campo, e também dá uma especificidade às suas demandas. Percorrer quatro comunidades e acompanhar de perto 10 mulheres chefes de família permitiu-nos observar e conversar sobre estratégias cotidianas no sertão de Pernambuco, que mostram convergências em demandas sobre direitos a terra, saúde, educação e violência. Nestas considerações finais, realçamos as convergências mais do que as particularidades provenientes de diferenças que reportam a locais e pessoas específicas.

A primeira convergência é da manifestação da ausência ou da pouca operacionalidade do Estado e das instituições nas suas comunidades. Apesar da melhora histórica reconhecida pelas mulheres com mais tempo de experiência no campo, existem inadequações que reforçam uma noção de descontinuidade e descaso diante das oscilações no alcance e aplicação de políticas públicas que visem incluir essas mulheres. Quando estabelecidas no acesso a terra e a casa, seja por herança, por assentamento ou por casamento, as mulheres sofrem da pouca sensibilidade e reconhecimento à titularidade que, porventura, ganharam para poder operacionalizar o uso da sua terra (crédito, mãos para trabalhar, uso de tempo, cuidado de crianças e outros dependentes).

Ser assentada, ser quilombola ou mesmo ser agricultora familiar de uma comunidade historicamente estabelecida possui reforços identitários do Estado, mas não assegura a continuidade de políticas após o reconhecimento. Escolas fecham, serviços de saúde não chegam ou mal chegam, ambulâncias e policiais não se deslocam para socorrer em situações de doença e de violência. As associações perduram, ora reforçadas, ora enfraquecidas, mas operando normalmente com uma perspectiva de reforço da população local, cada vez mais com participação, ou mesmo lideradas por mulheres. Há uma mobilidade demandada pelas ausências e precariedade do Estado nas comunidades. Usar transportes e se distanciar de casa é mais difícil para mulheres chefes que para pessoas com outras composições familiares para suprir o que não chega ao campo. Se a associação costuma enfatizar reconhecimento da população e organização da produção, não costuma ser ela que tem condições de facilitar essa mobilidade.

Uma segunda convergência que afeta todas as pessoas da comunidade, mas geralmente com mais intensidade por ser mulher chefe, é a subordinação ao

tempo institucional e os custos implicados em ir para a cidade. A falta de profissionais e equipes, ou o planejamento insensível ao tempo das usuárias produz indisponibilidade para atendimento, mesmo quando elas se esforçam para chegar pelas precárias e caras alternativas de transporte. Como comentado antes, o tempo burocrático (que nas cidades do interior sofre mais intensamente de pouca disponibilidade de profissionais de tempo integral) se sobrepõe às ideias de humanização dos serviços. Neste caso, a maior distância acrescenta dificuldades para organizar o tempo de casa com a administração do tempo de cuidado, de trabalho e de custos para chegar a sedes urbanas com calendários rígidos. A demanda de maior sensibilidade ao tempo das usuárias se constitui como muito forte.

Uma terceira convergência, visível nas outras duas demandas, e de especial importância para as mulheres chefes, é a falta de equipamentos de lazer e sociabilidade que acolham as ideias de compartilhamento de cuidados com filhos e dependentes e assegurem a segurança contra violência que possam tornar a vida no campo mais solidária para elas. Escolas, creches e espaços nas associações são pouco disponíveis. As redes de interconhecimento tecidas nas comunidades mais históricas fazem com que parentesco e afinidades possam dar um passo nessa direção. A falta de tais iniciativas nas comunidades de assentados que, mesmo unidas na luta para serem assentadas, têm muita diversidade de origens e maior dependência na iniciativa do estado na administração da comunidade, amplia a sensação de solidão. Nessa hora, a sobrecarga da responsabilidade da chefia aumenta a demanda de mais espaços de acolhimento locais.

No que concerne a espaços para viver e produzir, assim como ser dona da casa própria permeia o imaginário brasileiro, para as mais pobres rurais, o acesso a terra se constitui um objetivo que atribui segurança, ao mesmo tempo que esse acesso a terra possa marcar espaços de disputa e de afirmação de poder. Ter a titularidade da terra pode ser fundamental para determinar as condições da chefia familiar nas ruralidades: balizadora do respeito, da dissolução das relações conjugais, de ser ponto de apoio aos filhos, além do acesso a direitos como agricultoras e da segurança alimentar.

As políticas públicas, além de produzirem orientações bem embasadas na literatura especializada e aplicadas por agentes favoráveis a ações que incluem as demandas de mulheres chefes de família, enfrentam limitada visibilização das suas ações, dificuldades em

alcançar muitos territórios específicos no campo tão grande e diversificado, e ainda precarização por limitados recursos públicos.

Logo, é fundamental que as mulheres rurais que chefiam famílias recebam atenção territorializada, especialmente por Sistema Único de Assistência Social e Sistema Único de Saúde, dos quais elas se sentem efetivamente descobertas e cuja falta de capilarização fecha as portas do acesso a direitos e impede o contato dos profissionais que sinalizam suas demandas em nível de gestão. Persistir na elaboração e aplicação dessas políticas públicas é uma necessidade, como bem se percebeu na literatura que debruça sobre psicologia no campo (Conselho Regional de Psicologia, 2019; Dantas et al., 2018; Domingues, 2007; Gonçalves et al. 2016; Landini, 2015) e sobre mulheres rurais (T. F. B. Brandão et al., 2023; Butto & Hora, 2008; Deere, 2002).

E, finalmente, com base nas informações provenientes da nossa reflexão junto com 10 mulheres sertanejas pernambucanas, a partir do levantamento de suas demandas, é possível pensar algumas orientações que podem auxiliar a atuação de psicólogos, especialmente quando inseridos em equipes multiprofissionais nas políticas sociais que tocam mulheres rurais que chefiam famílias. Nesse sentido, recomenda-se como aspectos de atenção na prática profissional nesse contexto: saber identificar que ser mulher chefe de família abre espaços de conflito no meio rural, sendo necessário respeitar suas vontades por ocupar esses espaços enquanto sujeitas conscientes dos seus direitos e poderes, cabendo aos profissionais agir positivamente na mediação para que esses espaços funcionem melhor; atentar-se em não subscrever à orientação do tempo burocrático, tentando integrar o tempo coletivamente com as mulheres chefes; procurar coletividades de acolhimento tanto nas comunidades quanto nos serviços de saúde, educação e segurança; envolver as associações ou outras entidades que priorizam ação social e entendam a necessidade de acesso a terra para mulheres.

Referências

- Alentejano, P., & Cordeiro, T. (2019, 29 de novembro). 80 mil escolas do campo brasileiro foram fechadas em 21 anos. *Brasil de Fato*. Recuperado de <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/29/artigo-or-80-mil-escolas-no-campo-brasileiro-foram-fechadas-em-21-anos/>
- Amador, A. J. P., & Domínguez, A. I. (2014). Violencia contra la mujer y desplazamiento forzado: análisis de las estrategias de vida de jefas de hogar en Medellín. *Acta Sociológica*, 65, 151-171. doi: 10.1016/S0186-6028(14)70240-3
- Brandão, C. R. (2007). Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. *Ruris - Revista do Centro de Estudos Rurais (Campinas)*, 1(1), 37-64. Recuperado de https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/310076/mod_resource/content/0/Brand%C3%A3o_Carlos.pdf
- Brandão, T. F. B., Barbosa, L. C. B. G., & Bergamasco, S. M. P. P. (2023). Organização social e gestão associativa rural entre mulheres no semiárido sergipano. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 61(2). doi: 10.1590/1806-9479.2021.249024
- Brumer, A., & Anjos, G. (2008). Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Revista NERA*, 11(12), 6-17. doi: 10.47946/nera.v0i12.1396
- Bueno, A. L. M., & Lopes, M. J. M. (2018). Mulheres rurais e violências: leituras de uma realidade que flerta com a ficção. *Ambiente e Sociedade*, 21. doi: 10.1590/1809-4422asoc170151r1vu18l1ao
- Butto, A., & Dantas, I. (2011). *Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Butto, A., & Hora, K. (2008). Mulheres e reforma agrária no Brasil. In A. Lopes & A. Butto (Orgs.), *Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil* (pp. 19-38). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Carvalho, M. L. (1998). Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida. *Serviço Social e Sociedade*, 19(57), 74-98.
- Conselho Federal de Psicologia. (2019). *Referências técnicas para atuação de psicólogos (os) em questões relativas a terra*. Brasília, DF: Autor.
- Dantas, C. M. B., Dimenstein, M., Leite, J. F., Torquato, J., & Macedo, J. P. (2018). A pesquisa em contextos rurais: desafios éticos e metodológicos para a Psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 30, 1-10. doi: 10.1590/1807-0310/2018v30i165477
- Deere, C. (2002). Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos a terra e movimentos sociais rurais. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 18(1), 112-146. Recuperado de <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/210/206>
- Deere, C. (2004). Os direitos da mulher a terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 175-204. doi: 10.1590/S0104-026X2004000100010
- Domingues, E. (2007). Vinte anos do MST: a psicologia nesta história. *Psicologia em Estudo (Maringá)*, 12(3), 573-582. doi: 10.1590/S1413-73722007000300014
- Franco, T. B., & Hubner, L. C. M. (2019). Clínica, cuidado e subjetividade: afinal, de que cuidado estamos falando?. *Saúde em Debate*, 43(spe 6), 93-103. doi: 10.1590/0103-11042019S608
- Gonçalves, B. N., Landini, F., Leite, J., Calegare, M. G. A., & Monteiro, R. C. (2016). Construyendo un abordaje psicosocial de la ruralidad desde América Latina: contribuciones desde el 2do Congreso Latinoamericano de Psicología Rural. *Revista de Educação Técnica e Tecnológica em Ciências Agrícolas*, 11(14), 6-16. Recuperado de <https://cursos.ufrj.br/grad/psicologia/files/2017/08/revista-retta.pdf>
- Hora, K., & Butto, A. (2014). Políticas públicas para mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In A. Butto, I. Dantas, K. Hora, M. Nobre, & N. Faria (Orgs.), *Mulheres Rurais e Autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania* (pp. 14-45). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019a). *Cidades – Brasil, Pernambuco, Serra Talhada*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/serra-talhada/panorama>

Mulheres chefes de família do Sertão pernambucano e suas demandas de políticas públicas

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019b). *Cidades – Brasil, Pernambuco, Santa Maria da Boa Vista*. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/santa-maria-da-boa-vista/panorama>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Cidades – Brasil, Pernambuco, Santa Cruz da Baixa Verde*. Recuperado de https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2021/POP2021_20221212.pdf
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2017). *Famílias chefiadas por mulheres, segundo cor/raça da chefe de família e localização do domicílio - Brasil e Regiões, 1995 a 2015*. Brasília, DF: Autor.
- Landini, F. (2015). La noción de Psicología Rural y sus desafíos en el contexto Latino Americano. In F. P. Landini (Org.), *Hacia una Psicología Rural Latinoamericana* (pp. 21-32). Buenos Aires: CLACSO.
- Melo, H. P., & Di Sabbato, A. D. (2006). Situação das mulheres trabalhadoras rurais e as políticas públicas no Brasil. In Ministério do Desenvolvimento Agrário (Org.), *Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul* (pp. 46-86). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Minayo, M. C. S. (2008). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec.
- Ministério da Saúde. (2015). *Tecendo a saúde das mulheres do campo, da floresta e das águas: direitos e participação social*. Brasília, DF: Autor. Recuperado de https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/tecendo_saude_mulheres_campo_floresta.pdf
- Mónico, L. S., Alferes, V. R., Castro, P. A., & Parreira, P. M. (2017). A observação participante enquanto metodologia de investigação qualitativa. *Atas - Investigação Qualitativa em Ciências Sociais*, 3, 724-733. Recuperado de <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/view/1447/1404>
- Pereira, C. F. (2021). Nova centralidade do território e da identidade nas lutas sociais e processo de complexificação da questão agrária. *GEOUSP*, 25(3), 20. doi: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.145399
- Ramiro, P. A. (2008). *Assentamentos Rurais: o campo das sociabilidades em transformação. O caso dos assentados do Nova Pontal* (Tese de Doutorado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos). Recuperado de <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp092312.pdf>
- Santana, I. C., & Oliveira, E. M. A. (2015). Relações de gênero, educação e autonomia: um estudo etnográfico com mulheres do sítio lajes e sítio pedra branca em Correntes-PE. In Universidade Federal de Alagoas (Org.), *V Reunião Equatorial de Antropologia - V REA - XIV Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste - XIV ABANNE, 2015*. Recuperado de https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Iolanda%20Cardoso%20de%20Santana%20-%201020456%20-%204055%20-%20corrigido.pdf
- Silva, K. B., & Macedo, J. P. (2017). Inserção e trabalho de psicólogos/os em contextos rurais: interpelações à psicologia. *Revista de Psicologia*, 8(2), 146-154. Recuperado de <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/11886>
- Souza, C. R. (2018). *Construção Social da Demanda em Saúde: como a oferta modela a demanda?* (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo). Recuperado de <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-23042018-144939/pt-br.php>

¹ Pesquisa realizada para a dissertação de mestrado da primeira autora com o título "Mulheres rurais chefes de família: demandas, redes e relações de gênero no sertão pernambucano". Foi aprovada em Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Pernambuco.

² Todas as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, após serem informadas dos objetivos do estudo e de que era possível desistir da participação a qualquer momento, além de lhes ter sido dada garantia de confidencialidade.

Aléxya Cristal Brandão Lima, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Analista em Assistência Social e Direitos Humanos do CREAS Miguel Otávio. Endereço para correspondência: Rua Mario Gomes de Matos, 192, Pina, Recife/PE, CEP 51.011-120. Telefone: (81) 3232-4215. Email: alexyacrystalbrandao@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7601-3834>

Rosineide de Lourdes Meira Cordeiro, Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), é Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: rosineidecordeiro2017@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6487-4012>

Russell Parry Scott, Doutor em Antropologia pela University of Texas em Austin, é Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Email: rparryscott@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2274-9859>

Recebido em 08.abr.22
Revisado em 25.nov.22
Aceito em 11.dez.22